

Redução de 1300 militares irá "obrigatoriamente dificultar missões"

24.07.2009 - 11h56 Lusa

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) considerou hoje que a anunciada redução de 1300 militares no contingente das Forças Armadas vai "obrigatoriamente implicar mais dificuldades no cumprimento das missões", nomeadamente no estrangeiro.

"Quando ouvimos o Chefe de Estado-Maior do Exército dizer que tem um défice de 1200 militares, quando ouvimos o comandante operacional da Força Aérea dizer que tem dificuldades de pessoal, sabendo as dificuldades que existem na Armada não é difícil depreender que este tipo de reduções vai obrigatoriamente implicar mais dificuldades no cumprimento das missões", disse o presidente da ANS, António Lima Coelho.

Acresce, prosseguiu que "há bem pouco tempo" o contingente de militares em regime de contrato e voluntariado sofreu já uma redução de "cerca de 1300 homens". "Por outro lado, ouvimos o senhor ministro assumir mais mil e um compromissos com efectivos portugueses para os mais diversos cenários. Ora, há aqui qualquer coisa que depois não conjuga", comentou.

O dirigente da ANS considera, além disso, que a forma como o anúncio foi feito - no final do Conselho de Ministros de ontem, pelo ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira - lança "a instabilidade em todos os lares portugueses que dependam de militares profissionais".

"Quando se diz que vão ser reduzidos 1300 militares sem ter um mínimo de cautela em informar em que área, em que ramos, em que categorias, generaliza-se a preocupação nos lares portugueses. Poderá o senhor ministro estar empenhado em querer dividendo eleitoralistas naquilo que o primeiro-ministro nos habituou de ataque desmedido à família militar, mas é um mau caminho", referiu.

António Lima Coelho contesta ainda a circunstância de o ministro da Defesa não ter ouvido as associações de militares antes de anunciar a medida, para depois as convocar para uma reunião com o director-geral de pessoal na próxima segunda-feira.

"Espero bem que não seja apenas mais uma daquelas manobras para que depois possa prosaicamente aparecer no preâmbulo de um qualquer decreto-lei que foram ouvidas as associações militares. Depois de anunciar como um facto consumado determinada matéria vir num arremedo de audição procurar ouvir as associações não é sério", considerou. O diploma que estipula a redução do efectivo das Forças Armadas foi aprovado ontem em Conselho de Ministros.